

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 12 | Nº 35 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.7317569>



O SER MIGRANTE, AS VIOLÊNCIAS QUE O AFETAM E O HORIZONTE ABERTO PELAS PROVOCAÇÕES DE UMBERTO ECO EM *MIGRAÇÃO E INTOLERÂNCIA*

Cibele Cheron¹

Alexandre Anselmo Guilherme²

Pedro Llantada Nunes³

Lucas Rech da Silva⁴

Resumo

O presente artigo parte de reflexões incitadas pela leitura de *Migração e intolerância*, de Umberto Eco (2020) sobre observações feitas durante o levantamento de dados em pesquisa acerca das violências sofridas por migrantes, alunos de um projeto educacional em Porto Alegre, RS. A obra provocou novas perspectivas para a compreensão das falas dos migrantes entrevistados, através de questionamentos sobre as violências por eles sofridas. Quais são? Como são produzidas e como atravessam suas subjetividades? Objetivando responder a essas questões, além da obra de referência, o estudo em tela se apoia em Frantz Fanon e Johan Galtung para destacar, ao final, a importância da criação de espaços de escuta das singularidades e de circulação dos significantes destes sujeitos.

Palavras chave: Intolerância. Migração. Migrante. Violência.

Abstract

This article starts from reflections prompted by reading “Migration and Intolerance”, by Umberto Eco (2020), on observations made during the data collection in research on violence suffered by migrants, students of an educational project in Porto Alegre, RS. The work provoked new perspectives for the understanding of the speeches of the interviewed migrants, through questions about the violence they suffered. Which are they? How this is produced and crosses the subjectivities of migrants? To answer these questions, in addition to the reference literary work, this study is based on Frantz Fanon and Johan Galtung to highlight, at the end, the importance of creating listening spaces to the singularities and the signifiers circulation of the migrant subjects.

Keywords: Intolerance. Migrant. Migration. Violence.

Os temas das imigrações e da intolerância [...] têm obrigado a Itália e a Europa a defrontar-se com a própria história e com os próprios valores. São textos que nos estimulam a pensar e agir com a cabeça e não com o fígado. E por isso são propostos aqui (STEFANO ECO, 2020, p. 5).

Migração e Intolerância, publicado no Brasil em 2020, é uma compilação de quatro textos escritos pelo italiano Umberto Eco em diferentes ocasiões, entre 1997 e 2012. O trecho em epígrafe faz

¹ Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Mestre em Ciências Sociais. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail para contato: iccibele@gmail.com

² Doutor em Filosofia pela Durham University e PhD em Filosofia pela University of Edinburgh. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail para contato: alexandre.guilherme@pucrs.br

³ Graduando do Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail para contato: pedroln09@gmail.com

⁴ Bacharel em Ciências Sociais. Mestre e doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail para contato: lucas.rech@gmail.com



parte da breve nota de apresentação assinada por Stefano Eco, filho do autor. Em poucas linhas, o convite ao leitor expõe a urgência em se discutir e refletir sobre o tema abordado: os fenômenos da migração e da intolerância que têm obrigado não apenas a Itália e a Europa, mas o mundo, “a defrontar-se com a própria história e com os próprios valores” (ECO, 2020, p. 5).

O interesse pelo tema motivou o desenvolvimento de uma pesquisa com sujeitos migrantes na cidade de Porto Alegre, RS. Buscando uma atuação que almejasse a melhoria da qualidade de vida desses sujeitos, entre maio e junho de 2019 o grupo envolvido na pesquisa efetuou a etapa de levantamento de dados, iniciada pelo mapeamento de locais de acolhimento de migrantes. Foram identificadas iniciativas sociais voltadas a aspectos específicos, normalmente enfocando a situação legal, trabalho, moradia, aprendizado do idioma, entre outras. Muitas dessas iniciativas são ligadas a igrejas e comunidades religiosas, e justamente numa delas, vinculada a uma Igreja Baptista em um Bairro da Zona Norte de Porto Alegre, é que foram ouvidos os relatos dos migrantes referidos no presente artigo. Nela, os integrantes da comunidade atuam de forma voluntária, ministrando aulas semanais de português para haitianos. Nesse local foram feitas entrevistas abertas, através das quais se pretendeu ouvir a narrativa dos migrantes acerca de suas trajetórias. É importante destacar que nenhum dos sujeitos entrevistados já sabia escrever em português e muitos ainda não falavam o idioma.

Uma das primeiras constatações que essa escuta possibilitou foi a de que, da perspectiva do sujeito, o processo migratório não obedece a uma cronologia marcadamente linear, com início na saída de seu território de origem e fim quando da chegada ao seu local de destino. Eco (2020, p. 8), posteriormente confirmou essa constatação do grupo: “no campo simbólico, tanto a matemática quanto a cronologia são apenas uma opinião”. Percebeu-se que, para o sujeito migrante, o processo é contínuo, dinâmico e, em nenhum dos casos acompanhados pelo grupo, fora dado como encerrado pelo protagonista. Guardadas as distinções entre as demandas emergentes de cada entrevista, em todas elas se fez presente o relato de sucessivas privações de registro social, marcados por episódios de injúria, desvelando múltiplas formas de violência sofridas. A importância da escuta tornou-se evidente na medida em que a realização das entrevistas avançava.

Assim, emergiram inquietações e questionamentos sobre as violências sofridas por esses sujeitos, desde como são produzidas até como atravessam suas subjetividades. Buscando saná-las, o grupo empreendeu uma revisão teórica, articulando as classificações das formas de violação de Frantz Fanon (1968; 2008) e Johan Galtung (1969; 1985), em função da proximidade dos seus conceitos de violência psicológica e cultural no campo das significações, que é próprio da linguagem. A esse corpo teórico, agregou-se a contribuição de Ana Costa, versando sobre a lógica do injuriado em relação à violência estrutural cometida contra os migrantes. Outros aportes teóricos ampararam o esforço do grupo para



compreender este tema tão complexo quanto urgente, mas foi em *Migração e intolerância*, de Umberto Eco (2020), que o grupo encontrou o desafio necessário para, no curso da pesquisa, “pensar e agir com a cabeça e não com o fígado” (ECO, 2020, p. 5).

A narrativa precedente expõe as circunstâncias em que o marco teórico-analítico de uma investigação acadêmica, por mais bem sustentado e estruturado que estivesse, não foi suficiente para ensejar contribuições significativas para o debate sobre o tema, no recorte delineado. Foi necessário quebrar as paredes das disciplinaridades e ampliar os horizontes, em busca de outras perspectivas para tentar compreender os sujeitos migrantes ouvidos a as violências que os atravessam. Ao encontrar *Migração e intolerância*, o grupo de pesquisa descobriu a potência da obra, não como um objeto de estudo, mas como um caleidoscópio, um pilar de referência que nos mostra o que, sem ele, não fomos capazes de ver.

O SUJEITO MIGRANTE, AS VIOLÊNCIAS E A INTOLERÂNCIA

A necessidade de repensar as formas como os sujeitos reconfiguram e se relacionam com os espaços, físicos ou virtuais, mostra-se ainda mais premente quando se observa a intensidade dos deslocamentos humanos nos anos recentes. Em agosto de 2019, o Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil registrou 774,2 mil migrantes no país entre 2010 e 2018. Dentre esses, 21,5% são haitianos, perfazendo o maior grupo de migrantes presentes no território e no mercado de trabalho nacional. A região Sul é a segunda, dentre as regiões brasileiras, com maior número de pessoas migrantes, e a Sudeste é a primeira (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2019).

O Poder Público reconhece como múltiplos e variados os motivos da mobilidade humana, mas tem dispensado a essa enorme população um tratamento com viés economicista, quando não de segurança pública. Esse tratamento enviesado amplifica o risco de desamparo psicossocial e educacional a que os migrantes estão sujeitos, uma vez que sua presença aumenta em proporção direta à invisibilização da falta de estrutura para que eles possam viver com as garantias asseguradas tanto aos brasileiros quanto aos estrangeiros residentes em solo nacional pelo caput do art. 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988): “a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Trata-se de um contrassenso, ao menos, ou do proscênio de uma tragédia iminente, porquanto a migração é um fenômeno crescente “e nenhum racista, nenhum nostálgico reacionário poderá impedi-lo” (ECO, 2020, p. 14).

Nesse diapasão, Umberto Eco discute sobre o encontro de culturas e, por conseguinte, de suas diferenças que, num cenário de intolerância, predispõem as relações à violência. Um dos tópicos mais



controvertidos da obra é a diferenciação por ele proposta para as noções de imigração e migração. O imigrante é admitido no local de destino por decisão política ou legal, o que faz da imigração “fenômenos que podem ser controlados politicamente, limitados, encorajados, programados ou aceitos” (ECO, 2020, p. 18). Já as migrações ocorrem quando povos, ou grupos, deslocam-se, paulatinamente ou em investidas rápidas, de um território para outro, sem que os organismos políticos ou jurídicos possam atuar efetivamente para impedi-los ou controlá-los, provocando transformações significativas nos espaços de destino. Referindo-se ao contexto Europeu e à forte rejeição aos grupos de migrantes que para lá têm se deslocado do assim chamado “terceiro mundo”, Eco reitera a inevitabilidade das migrações e a impossibilidade de se pretender controlar politicamente esse fenômeno, ou conter os sujeitos migrantes em guetos, apartados de modo a não causarem transformações nos espaços, nas relações, nas culturas.

O problema é que, no próximo milênio [...], a Europa será um continente multirracial ou, se preferirem, “colorido”. Se lhes agrada, assim será; se não, assim será da mesma forma. Esse encontro (ou confronto) de culturas poderá ter resultados sangrentos e estou convencido de que, em certa medida, eles virão, serão impossíveis de eliminar e durarão bastante (ECO, 2020, p. 22).

A reflexão sobre as formas de violência, especialmente quando ocorrem no âmbito da colonização, remete a Frantz Fanon (1968), psiquiatra e filósofo marxista, intimamente envolvido com o processo de independência da Argélia. Fanon desempenhou enorme influência durante o século XX sobre os países da América Latina e da África ao desenvolver sua teoria das consequências psicológicas da colonização e da guerra. Classificou as formas de violência exercidas pelos conquistadores e sofridas pelos povos conquistados, tipificadas como física, psicológica e estrutural. Classificou as formas de violência exercidas pelos conquistadores e sofridas pelos povos conquistados, concluindo a defesa do processo de violência reativa como única forma viável de logro da independência e criação de uma nova humanidade.

Segundo afirma, a colonização deve ser superada em todas suas formas, inclusive nos países de capitalismo dependente, porque é um processo de violência constante. Este processo inclui todos os tipos de violações, tipificadas como física, psicológica e estrutural. Discorrendo sobre esses três tipos de violência, W. John Morgan e Alex Guilherme (2015, p. 7) sintetizam as definições fanoniana de violência. Na interpretação dos autores, a violência física é aquela que “envolve ferir os seres humanos, e a forma última de lesão é a morte”. Já a violência psicológica é marcada pela redução do sujeito ao olhar do outro, por meio de lavagem cerebral, doutrinação e ameaças, ferindo a noção identidade e individualidade do sujeito. Alienado de sua história, privado de seu orgulho e do senso do próprio valor,



o sujeito passa a existir apenas em relação ao seu violador. Por último, a violência estrutural é socioeconômica, ou seja, é uma alienação material marcada pela relação de trabalho e cidadania, mas também envolve um tipo simbólico de opressão, distorção e destruição da cultura popular conquistada.

Umberto Eco aponta no mesmo sentido ao discutir sobre o encontro de culturas e, por conseguinte, de suas diferenças que, num cenário de intolerância, predisõem as relações à violência. Um dos tópicos mais controvertidos da obra é a diferenciação por ele proposta para as noções de imigração e migração. O imigrante é admitido no local de destino por decisão política ou legal, o que faz da imigração “fenômenos que podem ser controlados politicamente, limitados, encorajados, programados ou aceitos” (ECO, 2020, p. 18). Já as migrações ocorrem quando povos, ou grupos, deslocam-se, paulatinamente ou em investidas rápidas, de um território para outro, sem que os organismos políticos ou jurídicos possam atuar efetivamente para impedi-los ou controlá-los, provocando transformações significativas nos espaços de destino.

Referindo-se ao contexto Europeu e à forte rejeição aos grupos de migrantes que para lá têm se deslocado do assim chamado “terceiro mundo”, Eco reitera a inevitabilidade das migrações e a impossibilidade de se pretender controlar politicamente esse fenômeno, ou conter os sujeitos migrantes em guetos, apartados de modo a não causarem transformações nos espaços, nas relações, nas culturas.

O Terceiro Mundo está batendo às portas da Europa e vai entrar mesmo que a Europa não esteja de acordo. O problema não é mais decidir (como os políticos fingem acreditar) se estudantes com o *xador* devem ou não ser aceitas em Paris ou quantas mesquitas podem ser construídas em Roma. O problema é que, no próximo milênio (e como não sou um profeta não posso especificar a data), a Europa será um continente multirracial ou, se preferirem, “colorido”. Se lhes agrada, assim será; se não, assim será da mesma forma. Esse encontro (ou confronto) de culturas poderá ter resultados sangrentos e estou convencido de que, em certa medida, eles virão, serão impossíveis de eliminar e durarão bastante (ECO, 2020, p. 22).

Por sua vez, o sociólogo norueguês Johan Galtung (1985), à semelhança de Fanon, também estabelece três tipos de violência: direta, estrutural e cultural. Quando define a violência direta, o autor trata da relação sujeito-ação-objeto, concreta, que pode ser facilmente observada e expressa através da linguagem. A relação envolve minimamente dois envolvidos: o emissor (sujeito) e o objeto (vítima) da ação (violência). A violência estrutural é aquela que envolve a organização social e diz respeito a relações de hierarquização dessa estrutura, com as interseccionalidades observáveis na distribuição desigual de recursos, oportunidades ou serviços. Por correlacionar fatores econômicos, políticos e sociais garantidores da dominação de um agente não necessariamente específico ou claramente evitável, Galtung (1969) chama a violência estrutural de fenômeno invisível.

Já o terceiro tipo, a violência cultural, corresponde aos elementos da cultura que atuam para legitimar os dois outros tipos de violência. Dito de outra forma, ela é o suporte que as outras formas de



violência recebem no discurso coletivo, e que as mascaram. Galtung (1990) enumera alguns aspectos culturais que podem fazer parte desse tipo de violência: bandeiras, pôsteres, discursos inflamados, termos específicos, onipresença da imagem de determinadas lideranças, entre outros. Buscando prevenir estereótipos, o autor adverte que a violência cultural está em aspectos da cultura que participam da formação de valores, normas e ideais de uma sociedade, imbricados na religião, educação, arte, ideologia e meios de comunicação, entre outros elementos. A compreensão da violência cultural, assim, auxilia a compreensão dos mecanismos de legitimação, naturalização ou invisibilização dos outros tipos de violência. É possível aproximarmos o conceito de violência cultural ao de violência psicológica fanoniano, ou sequer precisamos diferenciá-los, já que ambos partem do campo das significações (CREMIN; GUILHERME, 2015).

Enquanto para Fanon e Galtung a legitimação da violência se dá através dos significados e no mundo da cultura, Umberto Eco (2020) instiga o leitor ao propor que o fenômeno ao qual chama “intolerância selvagem” é o germen da violência e antecede qualquer construção do ideário:

A intolerância coloca-se antes de qualquer doutrina. Nesse sentido, a intolerância tem raízes biológicas, manifesta-se entre os animais como territorialidade, baseia-se em relações emocionais, muitas vezes superficiais [...]. A intolerância em relação ao diferente ou ao desconhecido é natural na criança, tanto quanto o instinto de se apossar de tudo o que deseja. A criança é educada para a tolerância pouco a pouco, assim como é educada para o respeito à propriedade alheia – antes mesmo do controle do próprio esfíncter. Infelizmente, se todos chegam ao controle do próprio corpo, a tolerância permanece um problema de educação permanente dos adultos, pois na vida cotidiana estamos sempre expostos ao trauma da diferença. Os estudiosos ocupam-se com frequência das doutrinas da diferença, mas não o suficiente da intolerância selvagem, pois esta foge a qualquer definição e abordagem crítica. No entanto, não são as doutrinas da diferença que produzem a intolerância selvagem: ao contrário, estas desfrutam de um fundo de intolerância difusa preexistente (ECO, 2020, p. 33).

Prosseguindo em sua argumentação, Eco (2020) recorre a alguns fatos históricos, como ‘O martelo das feiticeiras’ (*Malleus Maleficarum*), ícone da caça às bruxas na Modernidade, que só pode ser escrito porque, desde tempos imemoriais, houve um temor, ódio ou aversão viscerais às ditas bruxas. Reforçando a linha de raciocínio, o autor aponta o surgimento do antissemitismo pseudocientífico no século XIX e a rapidez com a qual ele se transformou em genocídio industrial no início do século XX. A afirmativa peremptória forçou o grupo de pesquisadores a questionar alguns conceitos que, de certa forma, já haviam se convertido em zonas de conforto:

Porém, [o antissemitismo] não poderia ter nascido se não existisse há séculos, desde os tempos dos Pais da Igreja, uma polêmica antijudaica e, no seio do povo comum, um antissemitismo prático que atravessou os séculos em qualquer lugar onde houvesse um gueto. As teorias antijacobinas do complô judaico, no início do século passado, não criaram o antissemitismo popular, mas exploraram um ódio pelo diferente que já existia (ECO, 2020, p. 34).



Estabelecendo um contraponto às afirmativas de Eco (2020), buscou-se em Fanon (1980) a noção de que os sujeitos se formam também através do real, do corpóreo, os quais não deixam de ser, também, simbólicos. Por conta disso, a interiorização dos significados cria um inconsciente coletivo, que não se restringe a um instinto primitivo pelo qual a sociedade se deixa conduzir, mas, ao contrário, dá vida a uma ordem social historicamente erigida que aliena o sujeito de sua própria humanidade.

Ao fornecer um conceito geral de violência, Galtung (1969, p. 168) a descreve como um fenômeno causador “da diferença entre o potencial e o real, entre o que poderia ter sido e o que é”. Esse primeiro e mais amplo conceito abre a possibilidade para que se compreendam como violência as condições objetivas que impedem o sujeito de atingir plenamente seu potencial, bem como de diminuir a distância entre a realidade e a potencialidade, quando o real evitável poderia ter sido evitado, mas não foi.

Dessa forma, a violência também existe nos “insultos evitáveis para as necessidades humanas básicas e mais amplamente para a vida, fazendo que o nível real desça abaixo de níveis de satisfação do potencial possível. Ameaças de violência também são violência” (GALTUNG, 1990, p. 292).

A multiplicidade de formas de violência, assim como a sua naturalização e invisibilização são destacadas por Umberto Eco que, embora crente da aquisição dos europeus de alguma sabedoria para a paz, em virtude do passado ainda recente de guerras e destruição, admite a permanência do ódio e da intolerância no velho continente. Por conta desse ódio e dessa intolerância, há sempre um conflito, manifesto ou latente, entre os que se reconhecem como cidadãos e, dicotomicamente, negam esse reconhecimento ao outro, ao diferente, embora vivam no mesmo espaço. Esses conflitos são espectros que assombram as sociedades e os sujeitos, mesmo quando não são percebidos “em toda sua magnitude e significância” (ECO, 2020, p. 49). Reconhecendo o racismo como um dos principais propulsores desses conflitos, o autor vaticina: “se não formos capazes de derrotar esse eterno adversário, sempre estaremos em guerra, embora tenhamos guardado nossas armas no sótão — e muitas armas ainda estão em circulação” (ECO, 2020, p. 52).

Com essas reflexões teóricas delineadas e tendo *Migração e Intolerância* como marco literário de referência, o grupo dedicou-se a analisar as narrativas escutadas e as observações feitas quando foram realizadas as entrevistas nas iniciativas mencionadas anteriormente.

ESCUTAS, OLHARES E INTERPRETAÇÕES: BUSCANDO COMPREENDER AS VIOLÊNCIAS QUE ATRAVESSAM O SUJEITO MIGRANTE

Por vezes esses “diferentes” foram descritos como bárbaros e, na época helênica e na Idade Média, como habitantes de lugares legendários infestados de monstros. [...] Frequentemente, os



“diferentes” foram idealizados como herdeiros de uma sabedoria perdida [...]. Depois veio o desejo de documentar e decifrar os costumes e saberes ignorados [...]. Por fim, a antropologia cultural moderna buscou documentar melhor o conhecimento e reconstruir, a partir do interior, o sistema de uma civilização diversa, não somente para compreender um povo exótico, mas também para questionar, ao confrontá-los com outros modos de pensar, nossos próprios modelos de representação do mundo (ECO, 2020, p. 59).

O encontro com a diferença, nos cânones da história e nas situações cotidianas do tempo presente, desperta reações e enseja relações variadas. Muito embora esse encontro possa acontecer mediante uma combinação de inúmeras variáveis, “é preciso percorrer os caminhos da história do homem condenado pelos homens e provocar, tornar possível, o encontro de seu povo e dos outros homens” (FANON, 1968, p. 253). Dito de outra forma, para que o encontro entre sujeitos diferentes, especialmente quando as diferenças são radicadas na migração, é importante que o sujeito migrante não seja visto por quem o recebe pela ótica estreita do padrão local, despersonalizando-o e destituindo-o de sua própria forma de entender e estar no mundo. Ao escutar os migrantes entrevistados e, também, observar as circunstâncias dos espaços em que as iniciativas eram conduzidas, foram percebidos alguns contrastes acentuados, especialmente quando postos sob a ótica da violência psicológica de Fanon e cultural de Galtung.

O grupo de pesquisa observou que o recurso à redução do sujeito migrante pelo olhar do outro ocorria de modo ostensivo. Os voluntários da Igreja Batista, segundo apurado pelo grupo, não possuíam formação em Educação, bem como não receberam treinamento ou capacitação na área. Igualmente, a organização da iniciativa não se ocupou do desenvolvimento de alguma metodologia, ou de pensar o projeto educacional de alfabetização dos migrantes. Assim, a atuação dos voluntários, de acordo com as observações do grupo e com conversas entabuladas com alguns deles, se limitava a entregar aos migrantes um material de aula composto majoritariamente por exercícios, e insistentemente cobrar a realização de tais exercícios. A repreensão a interações entre os migrantes ou a atitudes mais espontâneas era frequente e marcada por ameaças embutidas em frases como as que o grupo ouviu do voluntário V.: “se você não ficar quieto e fizer o exercício, não vai arranjar emprego”, ou “se você ficar dormindo na aula, nunca vai sair dessa sua situação”.

Em outra circunstância, o voluntário W. dirigiu-se a um dos integrantes do grupo de pesquisa que acompanhava a aula e, em frente ao sujeito migrante, disse: “este aqui é preguiçoso, não faz nada e quer emprego”. Práticas violentas como essas, que alvejam a identidade do migrante, miram diversos aspectos de suas subjetividades. Esses ataques, diluídos pela legitimação da cultura, estão concatenados a relações de poder e mecanismos de opressão de modo interseccional, ou seja, pela maneira como:

[...] na constituição da subjetividade e da identidade dos sujeitos, diversas categorias como raça, classe, gênero, religião, idade, orientação sexual etc., se cruzam produzindo formas particulares



de opressão ou privilégio. A interseção é responsável pela formação de um sujeito específico e, conseqüentemente, de determinados lugares sociais, de formas de ser e estar no mundo e relações interpessoais (OLIVEIRA, 2019, p. 780).

Essas formas de opressão violentas também aparecem em *Migração e Intolerância* (2020, p. 34), e Umberto Eco trata delas como respostas a “pulsões elementares” que, justamente por não surgirem a partir de uma doutrina – mas por serem racionalizados *a posteriori* por doutrinas pseudocientíficas ou vertentes pseudofilosóficas, não podem ser combatidas ou contraditadas por qualquer argumento racional. Inútil, portanto, o esforço de frear a intolerância selvagem e a violência crescentes através do debate calcado na razão, por mais lúcidos que sejam os argumentos:

Os fundamentos teóricos de *Mein Kampf* podem ser refutados com uma bateria de argumentos bastante elementares, mas se as ideias que propunha sobreviveram e sobreviverão a qualquer objeção é porque se apoiam em uma intolerância selvagem, impermeável a qualquer crítica. [...] A intolerância selvagem baseia-se num curto-circuito categorial que posteriormente pode ser emprestado a qualquer teoria racista: se alguns entre os albaneses que entraram na Itália no ano passado tornaram-se ladrões ou prostitutas (e é verdade), todos os albaneses seriam, então, ladrões ou prostitutas (ECO, 2020, p. 36-37).

Assim, a violência desarticula o modo de viver do sujeito migrante, o esvazia de seu próprio valor e condiciona a sua existência à face do outro, que o viola (MILLER, 2010). Uma parte importante dessa violência, também detectada pelo grupo de pesquisa, estava no obstáculo criado para que os sujeitos migrantes vivenciassem o luto decorrente de abandonar seu território, por diferentes motivos, mas todos ligados, em alguma medida, às transformações operadas em função dos processos de neocolonialismo. O uso de um discurso de cunho moral e fortemente repressor pelos voluntários, de acordo com as observações e escutas do grupo de pesquisas, promovia processos de violência psicológica desempenhados na lógica do injuriado (COSTA, 2014).

Ana Costa (2014) relaciona os diferentes motivos que levam uma pessoa a migrar, podendo estar ligados a um ideal, a um gozo imediato da ordem do imaginário ou à violação dos migrantes forçados e dos que não se integram ao laço social. As três buscas de migração são constituídas na relação com o desejo e dizem respeito a três tempos do processo edípico: ao processo de castração, frustração e privação, respectivamente. A crise pela privação pode acometer ou não o sujeito migrante em seu processo de deslocamento, que é singular, marcado pelo registro social e por sua elaboração (COSTA, 2014). A violência por meio da injúria funciona no trauma que se instaura na dinâmica da privação. Quando Fanon (2008, p. 136) trata do desmoronamento do ego, aponta para a violência psicológica causada por uma alienação do sujeito de sua história.



Costa (2014, p. 35) localiza a injúria no pensamento freudiano e lacaniano. No primeiro, a relaciona com a exclusão, seja em função do corpo, da linguagem e dos objetos significantes. No segundo, por sua vez, a autora destaca o trauma em cena, indicando que:

[...] um evento traumatiza quando o sujeito perde sua condição de responder ao laço social, ou seja, de situar-se numa referência significativa, bem como na possibilidade de velar o real por meio da fantasia. Assim, o trauma situa um acontecimento em que o sujeito perde sua condição de endereçar sua questão desde o campo discursivo, e se confunde com o que é excluído – o gozo excluído da circulação – no limite: com o injuriado. A privação, aqui, apresenta o furo repleto da porcaria, que se expressa como um resto corporal. É aqui que se apresenta um luto impossível (COSTA, 2014, p. 35).

Nessa dinâmica, o sujeito injuriado “faz corpo” da ofensa porque não está inserido no campo terceiro da linguagem, que compreende as “significações antecipadas, implícitas em cada laço social” (COSTA, 2014, p. 34). O sujeito migrante é privado deste objeto simbólico, de tal forma que o lugar de onde fala não é singularizado, porque é por meio destes objetos, significantes, que tal lugar é construído. Por conseguinte, o ego desmorona ante o trauma gerado pela violência, por meio da privação, uma vez que a própria violência já se encarregou de enfraquecer a identidade, transpassando a subjetividade do migrante.

A importância, riqueza e possibilidade geradas num espaço voltado, simultaneamente, ao compartilhamento de narrativas e à criação de campo identitário poderia ser transformadora, não fosse violentar, como constatado pelo grupo de pesquisa na iniciativa vinculada à Igreja Batista. Os voluntários não apenas impediam a circulação significativa entre os haitianos, como o faziam por meio do discurso de cunho religioso, demarcando o que se poderia nominar de criação alienada de laço social, através de uma enunciação determinada dialeticamente pela violência estrutural e cultural, caracterizada pela diretividade. Que significantes são esses, que dispõem a instituição quando assume, por meio de tal discurso, uma posição enunciativa?

Novamente, a leitura de Umberto Eco (2020) estimulou o grupo a pensar além dos marcos teóricos, ao concatenar as noções de fundamentalismo, integrismo, doutrina e intolerância. O autor define o fundamentalismo no campo hermenêutico, caracterizando-o como a decisão de interpretar literalmente as Escrituras sobre as quais se funda determinada crença religiosa, especialmente em relação à cosmologia, determinando com austeridade as formas de compreender e existir no mundo. Todavia, Eco (2020, p. 27) ressalva que o fundamentalismo é necessariamente intolerante no plano religioso, mas não no plano político. Por integrismo, de outra banda, o autor entende uma postura religiosa e política a partir da qual são traçados os modelos de conduta e as leis do Estado – e tanto



podem ser conservadores quanto mais progressistas. A intolerância, contudo, é mais profunda do que esses balizadores morais, religiosos ou políticos, e está na raiz deles.

X., voluntária da Igreja Batista, relatou a um dos membros do grupo de pesquisa que, durante as férias de sua diarista, contratou E., uma das alunas haitianas, como faxineira em sua residência. Contou o episódio de forma jocosa, rindo com mais ênfase quando disse as seguintes frases: “Eu quase a peguei para mim, deixou as pratas brilhando! Pena que não sabe falar português e não serve para cuidar do meu neto. A coitada economizou tanta água na faxina que deve passar sede!”. A ocorrência de violência psicológica pela lógica do injuriado foi, nessa circunstância, identificada pelo grupo de pesquisa. Além de estabelecer o processo de exclusão, materializado com obviedade pelo chiste, ficou nítida também a violência expressa pelo racismo estrutural marcadamente presente na constituição da sociedade brasileira, pelo qual se apresenta este lugar simbólico ao sujeito negro, de não gozar em nome do ódio branco ao gozo do outro. A estrutura racista coloca o sujeito negro à mercê da constituição da imagem do branco. Dessa forma, o racismo estabelece uma estrutura em que o branco sobrepõe ao negro a imagem de sua constituição desejante e, por meio da violência física, cultural e estrutural, subordina a subjetivação do negro à constituição da identidade branca.

O racista diverte-se ao fazer do negro o bode expiatório de sua falta constitutiva (PINTO, 2012), usando da estruturação socioeconômica histórica. Assim também funcionam outras formas de injúria, como a xenofobia, tema surgido nas falas de todos os sujeitos migrantes entrevistados pelo grupo. É nessa posição de outro em que E. e os demais entrevistados ouvidos na iniciativa ligada à Igreja Batista foram colocados, ao servirem de suporte imaginário àqueles que, voluntários ao acolhimento e ao serviço para os migrantes, deveriam voltar-se para suas singularidades e para a subjetividade que os atravessa, permitindo a circulação de seus significantes e a criação de laços sociais.

Antes das aulas, na Igreja Batista, ocorria o que era chamado de *devocional*. Os migrantes, dos quais era exigido o comparecimento compulsório a esse momento, como condição para que pudessem frequentar as aulas, assistiam a discursos com forte apelo moral e pregações religiosas. Em um *devocional*, no qual os membros do grupo estiveram presentes como observadores, um dos membros da instituição leu um trecho da Bíblia, posteriormente interpretado numa fala que aconselhava os haitianos a não se preocuparem com o que lhes faltava, mas a agradecerem pelo que tinham. Nesse ponto, o orador mencionou as aulas de português e os jantares fornecidos pela Igreja. Indo além, repreendeu àqueles que manifestavam preocupações ou angústias, uma vez que tais sentimentos significariam a recusa às bênçãos que Deus reserva àqueles que, com humildade e fé, se entregam a ele.

Num breve trecho de *Migração e intolerância* (2020, p. 69), uma frase de Umberto Eco, simples e direta, confronta essas práticas violentas: “a compreensão mútua entre culturas diversas não significa



avaliar a que o outro deve renunciar para se tornar igual, mas compreender mutuamente o que nos separa e aceitar essa diversidade”. A anulação da subjetividade, nesse exemplo, passa pela negativa ao luto e aos próprios sentimentos, reforçando o isolamento e a exclusão, o “desmoronamento do ego” (FANON, 2008, p. 136) dos migrantes que acabam “ficando à margem, não encontrando uma via de circular no laço social para onde se deslocam” (COSTA, 2014, p. 33).

Segundo Alexei Conte Indursky, Barbara de Souza Conte, Daniela Feijó e Liege Didonet (2014) estudam, sob a lente da psicanálise, o poema *Certificado de existência*, do uruguaio Mario Benedetti. Segundo sua interpretação, o sujeito recém-chegado demanda do outro um lugar na nova sociedade, um lugar de endereçamento da fala. Os autores (2014, p. 40) afirmam que este sujeito “deve demandar um certificado de existência, para que sua própria história, sua imagem e sua verdade não lhe escapem por completo”. Este certificado não se trata apenas da documentação necessária nem da inserção no mercado de trabalho, como apontavam os dados do Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais, ou das aulas de português e jantares da igreja, as quais, por configurarem práticas violentas, não podem sê-lo. Há a dimensão do trauma ligado a privação. Este trauma, marcado pela perda dos enunciados e pela falta identificatória, coloca os migrantes numa posição suscetível ao discurso religioso que assume este lugar de Outro da Lei, nessa criação de laço social. É um discurso que enuncia fazendo renunciar o objeto perdido antes de reconhecê-lo, adiando o luto, e desrespeitando o tempo do sujeito, agravando o trauma. Wayne Veck (2020, p. 99-100), alicerçado na filosofia de Hannah Arendt, afirma:

Em nenhum lugar esta responsabilidade de representar o que ocorreu e o que ocorre agora no mundo importa mais do que quando um educador está diante de um recém-chegado desenraizado. O recém-chegado que, por ser desarraigado do que antes era sua casa, vive no enfrentamento do novo. Nenhuma criança mais do que a criança desenraizada precisa ouvir um educador dizer: ‘Este é o nosso mundo’. Este é o nosso mundo, diz o educador: este mundo espera por você, em toda a sua distinção. Como isso é diferente da situação em que as crianças que procuram refúgio encontram, não um educador para lhes orientar, mas sim um especialista em bem-estar paliativo. Aqui, a educação é reduzida a um mero modelo de escolaridade caritativa [...]. Em nenhum caso o conceito de natalidade é mais cruelmente transgredido, a promessa tanto para a criança quanto da própria educação mais descuidadamente descartados, do que quando os educadores deixam de representar o mundo para as pessoas já desenraizadas à força do país onde nasceram.

Destacando que os migrantes entrevistados estavam inseridos numa iniciativa de cunho educativo, as considerações de Veck agregam ainda maior sentido às reflexões impulsionadas por Eco (2021), para quem é imperativo reconhecer os sujeitos migrantes como indivíduos que, oriundos de outras culturas e sociedades, foram desenraizados por vários e possíveis fatores circunstanciais. Esse reconhecimento demanda o acolhimento, em especial dos sistemas de educação e atenção psicossocial, para que possam constituir laços, enraizar novamente na comunidade que os acolhe.



Todos os migrantes ouvidos narraram ao grupo de pesquisa que haviam abandonado suas famílias, suas culturas, seus territórios e muitos mais componentes de um vasto e rico patrimônio imaterial, provavelmente irrecuperável. Da mesma forma, há o processamento dos sonhos não realizados, há a perda de privacidade e de controle sobre situações relativamente corriqueiras da vida humana, há restrições à liberdade, e, ainda, a perda de referências, afetos, da própria história. Justamente por isso, necessitam realizar o luto.

Ainda que se possa escutar o testemunho dos imigrantes, é insuficiente. Retornando a Fanon, a forma física da violência é um caso criminoso de exacerbação da injúria. No entanto, esta última pode surgir no discurso sem ser menos traumática, criando um invólucro narcísico próprio do injuriado. Esta é a dimensão da violência que está a nível psicológico e estrutural. Os corpos injuriados o são por motivos históricos, políticos e socioeconômicos ligados ao colonialismo, conforme descreveu Frantz Fanon (2008). É necessário reconhecer essa dimensão para combater materialmente a violência estrutural que subjuga esses corpos e suas formações identitárias.

CONCLUSÃO

Os intelectuais não podem lutar contra a intolerância selvagem, porque diante da animalidade pura, sem pensamento, o pensamento fica desarmado. É sempre tarde demais quando resolvem lutar contra a intolerância doutrinária, pois quando a intolerância se faz doutrina é muito tarde para vencê-la, e aqueles que deveriam fazê-lo tornam-se as suas primeiras vítimas (ECO, 2020, p. 37).

No capitalismo neocolonialista há sempre um gozo excedente que não é o mesmo da lógica da constituição do Outro abordada no presente artigo, mas da transformação deste excedente, que também se traduz materialmente pela venda da força de trabalho, em consumo. Esta lógica subverte as relações, direciona o conceito e a função de Estado e desvia as políticas públicas, sobretudo nos países colonizados, ao modelo assistencialista. É no reconhecimento da violência estrutural como base da relação de objeto do capitalismo colonialista, que Fanon defende a violência reativa como solução (1968).

Jacques-Alain Miller (2010, p. 43) coloca que “o sujeito como tal, definido por seu lugar no Outro, é um migrante. Não define seu lugar no Mesmo porque só tem lugar no Outro. O problema do sujeito precisamente é que este país estrangeiro é seu país natal”. No caso do migrante, a metáfora de Miller pode ser entendida com certa literalidade em sua primeira parte. Sem habitar o campo terceiro da linguagem do país que não é seu país natal, o sujeito migrante encarna o estrangeiro, o que torna o luto impossível, se anterior ao deslocamento do sobre o qual este texto propôs-se a discutir. Cabe, portanto,



reconhecer este deslocamento como sendo simbólico e, assim, realizar o que Ana Costa (2014) chama de trabalho preliminar ao luto.

Antes do luto, do testemunho, existe o risco do trauma por causa da privação ao objeto simbólico. A atenção deve também ser psicológica, reconhecer o simbólico da travessia, e auxiliar o sujeito migrante a integrar verdadeiramente o novo lugar onde criará sua história. Afinal, como pontua Umberto Eco (2020, p. 22) na obra literária de referência destas reflexões, “enquanto estivermos nos limites da imigração, os povos podem pensar em manter os imigrantes em um gueto para que não se misturem com os nativos. Diante de um caso de migração não há mais guetos e a mestiçagem é incontrolável”.

Tendo *Migração e intolerância* como balizador e provocador das análises, o grupo de pesquisa buscou compreender as violências sofridas pelo sujeito migrante, através da escuta e da observação realizadas num local de acolhimento e ministração de aulas de português para haitianos. Esse esforço reflexivo buscou amparo teórico, sobretudo, nas teorias de Frantz Fanon e Johan Galtung, enfocando alguns pontos chave de intersecção com a obra literária de Umberto Eco. Assim, discutiu-se sobre o desmoronamento do ego, descrito por Fanon, como um dos processos traumáticos pelo qual pode passar o sujeito migrante. Esse desmoronamento foi observado em conexão com o impacto que a ausência de laço social na relação de quem migra e não tem condições de habitar um lugar simbólico na nova cultura.

As narrativas dos sujeitos migrantes ouvidos permitiram ao grupo de pesquisa inferir que esses processos traumáticos podem ser agravados pela exposição a discursos que adiam ou proíbem o processo de luto, ao assumirem o papel de Outro da Lei. Ainda, foi possível divisar um provável processo sofrido pelos imigrantes, na falta de laço social, sob a forma de privação, que ativa a pulsão de morte e impede o luto necessário pela perda da família, da cultura, do território e de outros elementos significantes da subjetividade.

As escutas atentas e as observações também permitiram identificar a ocorrência de episódios de violência estrutural, tipo de violação sobre o qual versa Fanon e que, atingindo os sujeitos migrantes, culmina na lógica do injuriado, descrita por Ana Costa. A partir das considerações da autora, foram relacionados dialeticamente os mecanismos da injúria às violências que comumente atravessam os processos de migração. Assim, logrou-se aprofundar a descrição da violência do tipo física, psicológica e cultural, intimamente ligadas pela injúria, diferenciando luto e trauma.

Sem a pretensão de esgotar o tema, mas, ao contrário, na expectativa de estimular o debate plural e aberto sobre ele, destaca-se, por fim, a importância da criação de espaços de escuta das singularidades e de circulação dos significantes destes sujeitos, que possibilitem o luto e evitem o trauma. Espaços



estes que só podem ser garantidos por uma mudança estrutural, que muito bem pode ser iniciada pela eliminação das tentativas de “demonstrar e se convencer de que os outros não são diferentes de nós, mas compreendê-los e aceitá-los em sua diversidade” (ECO, 2020, p. 71).

REFERÊNCIAS

BARROS MACIEL, T. “Paradigmas e Desafios da Ecologia Social: Aplicação das Teorias e das Práticas de um Projeto de Desenvolvimento Local”. In: CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, P. A. (orgs.). **Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 26/02/2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. “Brasil registra mais de 700 mil migrantes entre 2010 e 2018”. **Portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública** [2019]. Disponível em: <<https://www.gov.br>>. Acesso em: 26/02/2022.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2019**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública. Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2019.

COSTA, A. “Um Luto Impossível: efeitos de trauma em imigrações”. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, n. 45-46, 2014.

CREMIN, H.; GUILHERME, A. “Violence In Schools: Perspectives (and hope) from Galtung and Burber”. **Educational Philosophy and Theory**, vol. 48, n. 11, 2015.

ECO, S. “Nota”. In: ECO, U. **Migração e intolerância**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2020.

ECO, U. **Migração e intolerância**. Rio de Janeiro: Editora Record. 2020.

FANON, F. “Racismo e cultura”. In: FANON, F. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1968.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Editora da UFBA, 2008.

GALTUNG, J. “Cultural violence”. **Journal of Peace Research**, vol. 27, n. 3, 1990.

GALTUNG, J. “Twenty-five years of peace research: ten challenges and some responses”. **Journal of Peace Research**, vol. 22, n. 2, 1985.

GALTUNG, J. “Violence, peace and peace research”. **Journal of Peace Research**, vol. 6, n. 3, 1969.



INDURSKY, A.; CONTE, B.; FEIJÓ, D.; DIDONET, L.; “Do Exílio ao Asilo: Escutas Clínicas”. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, n. 45-46, 2014.

MILLER, J. A. **Extimidad**. Buenos Aires: Editora Paidós, 2010.

MORGAN, W. J.; GUILHERME, A. “The Contrasting Philosophies of Martin Buber and Frantz Fanon: The Political in Education as Dialogue or as Defiance”. **Diogenes**, vol. 61, n. 1, 2014.

OLIVEIRA, V. “Homossexualidades negras: corporalidades contra-hegemônicas”. **Anais do Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura – SEMLACult**. Foz do Iguaçu: CLAEAC, 2019.

PINTO, A. L. “Goce del otro: aproximaciones a una lectura lacaniana del racismo”. **Pilquen - Sección Psicopedagogía**. año XIV, n. 8, 2012.

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Serviço de Assessoria Jurídica Universitária. **Portal Eletrônico do GAIRE - Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados** [2022]. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br>>. Acesso em: 10/09/2022.

VECK, W. “Hannah Arendt, education and the refugee crisis: natality, compensatory education and assimilation”. *In*: VECK, W.; GUNTER, H. M. **Hannah Arendt on educational thinking and practice in dark times: education for a world in crisis**. London: Bloomsbury, 2020.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 12 | Nº 35 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima